



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
***CAMPUS* CHAPECÓ**
CURSO DE GEOGRAFIA

MAURO KOHLER

INCLUSÃO ESCOLAR: FRONTEIRAS EM DIÁLOGO COM AS
APRENDIZAGENS

CHAPECÓ

2017

MAURO KOHLER

**INCLUSÃO ESCOLAR: FRONTEIRAS EM DIÁLOGO COM AS
APRENDIZAGENS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção do grau de licenciado em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana Maria Andreis.

CHAPECÓ

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

kohler, Mauro

INCLUSÃO ESCOLAR: FRONTEIRAS EM DIÁLOGO COM AS
APRENDIZAGENS/ Mauro kohler. -- 2017.

f.

Orientadora: Adriana Maria Andreis..

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
licenciatura em geografia , Chapecó, SC, 2017.

1. . I. Andreis., Adriana Maria, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

MAURO KOHLER

**INCLUSÃO ESCOLAR: FRONTEIRAS EM DIÁLOGO COM AS
APRENDIZAGENS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção do grau de licenciado em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana Maria Andreis

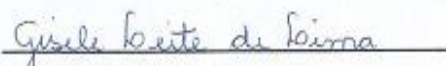
Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

24 / 11 / 2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Adriana Maria Andreis (orientadora)
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS



Prof.^a Dr.^a Gisele Leite de Lima
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS



Prof.^a Me. Rosa Salete Alba
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradecer a deus por me dar força todos os dias para não desistir e seguir em frente.

Aos meus pais Elio Kohler e Nita Kohler pelos exemplos e ensinamentos.

A minha querida esposa Silvia que me deu força e suporte nos momentos difíceis, e aos meus filhos Carlos e Gabriel pela compreensão nas horas que estive ausente.

A turma inesquecível de 2012 pelos bons momentos vividos, amizade que fica para vida toda. O meu agradecimento a cada um que conheci ao longo da graduação. Em especial aos amigos de todas as horas Josiéli Hippler e Leonardo Grosmann.

Aos mestres pela dedicação, colaboração e ensinamentos repassados para vida e formação acadêmica. Em especial a minha orientadora Prof. Dr.^a Adriana Maria Andreis pela paciência e ensinamentos repassados.

As pessoas que cederam um tempo para realização das entrevistas para andamento da pesquisa. Ao colégio Lara Ribas e a professora Luzia Zuanazzi ao qual realizei o estágio.

Em fim o meu muito obrigado, a todos que de alguma forma contribuíram na caminhada ao longo da formação acadêmica, obrigado pela troca de experiências e conhecimentos compartilhados.

MUITO OBRIGADO.

RESUMO

O tema da pesquisa nasceu dentro da própria sala de aula, no período de realização de estágio obrigatório para conclusão do curso de licenciatura em geografia realizado na escola pública. No qual alunos especiais foram tratados de modo indiscriminado. Dessa vivência no estágio de docência nasce à interrogação, a partir da qual, organizamos a pesquisa e a apresentação deste Trabalho de Conclusão de Curso. Assim, no primeiro capítulo abordamos a temática fronteira, discutindo diferentes possibilidades de conceituá-la, especialmente pelo viés geográfico. O segundo capítulo apresenta uma reflexão sobre a inclusão e sua formalização na relação com a educação básica. Já o terceiro capítulo é dedicado ao papel do segundo professor, em diálogo com o âmbito empírico, no qual realizamos uma tabulação dos enunciados dos segundos professores, acerca da inclusão. Esses elementos nos permitem afirmar a importância da fronteira como elo, que reconhece e empodera os sujeitos exatamente pelas singularidades de todos os indivíduos.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Fronteiras. Professor. Aprendizagem.

Estágio.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Representação da graduação e curso dos professores..... | 28 |
| Quadro 2 - Graduação teve formação para atendimento de alunos especiais..... | 29 |
| Quadro 3 - Professor com alguma formação específica área..... | 30 |
| Quadro 4 - Quais deficiências são encontradas em sala de aula..... | 34 |
| Quadro 5 - Quais atendimentos são realizados fora da sala de aula..... | 37 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|---|
| AEE | Atendimento educacional especializado |
| ALESC | Assembleia legislativa do Estado de Santa Catarina |
| APAE | Associação de pais e amigos dos excepcionais |
| APADAVIX | Associação de pais e amigos de deficientes auditivos e visuais de Xanxerê |
| CAPP | Centro atenção psicossocial |
| DC | Diário catarinense |
| ECA | Estatuto da criança e adolescente |
| GERED | Gerência regional de educação |
| SAED | Sala de apoio ao estudante com deficiências |
| STF | Superior tribunal federal |
| TDAH | Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 FRONTEIRAS..... | 13 |
| 3 O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR | 20 |
| 3.1 GARANTIAS EM FORMA DE LEI | 21 |
| 3.2 DECLARAÇÕES DE SALAMANCA..... | 23 |
| 4 O SEGUNDO PROFESSOR EM SALA DE AULA | 25 |
| 4.1 APRESENTAÇÕES E ANÁLISE DE DADOS COLETADOS | 28 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 43 |
| 6 REFERÊNCIAS | 45 |
| 7 APÊNDICE | 47 |

1 INTRODUÇÃO

Na relação escolar, temos dificuldades de assumir a interlocução entre vários modos de ser e agir, que nos cercam no cotidiano, ou seja, o ser humano diferente, porque entendemos a fronteira como um limite entre os diferentes. Essa questão tem relação com esta pesquisa, pois compreende a noção de que para promovermos a inclusão escolar, precisamos assumir a fronteira como um elo. Essa dimensão, muitas vezes avança e outras vezes, recua no processo de aprendizagem. Estamos assumindo que a riqueza e a possibilidade de crescimento estão no fato de sermos todos diferentes, e que é a relação entre pessoas diferentes é que permite avançar nas compreensões do mundo que nos rodeia.

Nesta pesquisa pretendemos mostrar a importância que se dá para inclusão de estudantes com algum grau de deficiência e a necessidade de tratarmos os diferentes como iguais perante seus colegas e a sociedade em geral.

A principal justificativa para o interesse neste tema relacionado à inclusão escolar no ensino médio surgiu ao longo da segunda parte do estágio obrigatório para formação na docência, ao qual realizei com a turma do ensino médio. Nesta atividade, acabei tendo contato em sala de aula com três estudantes que possuíam deficiências: um possui distúrbio cerebral, outro auditivo, um era extremamente hiperativo. Todos possuíam o acompanhamento de uma segunda professora que auxiliava estes estudantes com atividades diversas ao longo do horário escolar.

Encaminhamos uma atividade em grupo, com a qual tivemos uma grata surpresa. Ao escolher os grupos através de um sorteio, sem conhecer detalhadamente os alunos da turma, acabei sorteando os três deficientes em um mesmo grupo de trabalho. Geralmente, o procedimento nas escolas, é de inclui-los nos demais grupos de trabalho, o que geralmente acaba acontecendo é que essas pessoas acabam sendo silenciadas e esmaecidas dentro dos próprios grupos de trabalho, não tendo a possibilidade de expor e contribuir para bom desempenho do trabalho solicitado em sala de aula.

Essa experiência foi a grande motivadora e responsável pela escolha do tema do trabalho de conclusão de curso ao qual acabei optando. Comecei a buscar entender de uma forma mais aprofundada o funcionamento da educação especial em sala de aula, frente a essa necessidade, passei a buscar e me informar mais sobre o assunto, comecei a refletir, pensar e pesquisar se a escola e seus educadores conseguem realizar esse papel de mediar atividades e conhecimentos entre alunos sem deficiência e alunos considerados como alunos sem deficiência.

Tendo como principais objetivos desta pesquisa, analisar a dinâmica na sala de aula, discutir as fronteiras neste processo, entender o papel do segundo professor, responsável pelo atendimento e a mediação no processo de ensino e aprendizagem dessas pessoas.

Para investigação e compreensão desse processo educativo, a pesquisa foi organizada e sintetizada em capítulos, deixando clara ser uma pesquisa qualitativa e não quantitativa.

No primeiro capítulo, é feita a abordagem do tema sobre “fronteiras”. Trata-se de uma contextualização, um debate com autores sobre a noção de fronteiras. Discutir as fronteiras nas relações de aprendizagem, em sala de aula, é um importante elo, visto que, muitas vezes, as fronteiras avançam e outras vezes recuam, pois se trata de num contexto de relações entre pessoas.

O segundo capítulo é dedicado ao estudo sobre inclusão escolar e dialoga com a interrogação sobre como esse processo se desenvolve, em contextos de grupo de estudantes. Está amparado em leis específicas, e na constituição federal, que propõe garantir um tratamento respeitoso das singularidades dos sujeitos da escola, para proporcionar um tratamento que possa, pelo menos, amenizar a diferença nos tratamentos em sala de aula.

O terceiro capítulo está relacionado diretamente ao estudo das particularidades que um segundo professor desempenha em sala de aula, visto que, ele é contratado com a finalidade de atender alunos com necessidades especiais.

A metodologia utilizada para fazer essa pesquisa se baseia em estudos teóricos, onde será enfatizada a busca por trabalhos científicos encontrados

em livros, em artigos e revistas científicas que abordem o tema da pesquisa. Localizando os mesmos em bibliotecas e revistas científicas eletrônicas. Também no decorrer da pesquisa foram feitas diversas entrevistas com segundos professores que desempenham em sala de aula essas atividades com esse grupo de estudantes. Essa metodologia vai ser sintetizada de forma mais clara no decorrer do terceiro capítulo, juntamente com uma série de perguntas que foram elaboradas para esse grupo de professores, que atuam com atendimento de alunos especiais.

3 FRONTEIRAS

O termo fronteira apresenta ao longo do tempo várias acepções construídas e analisadas através do olhar e entendimento geográfico dos seus autores. Utilizaremos as definições e entendimentos de alguns autores e autoras, como: Ferrari (1996 e 2014), Nogueira (2007), Martins, (1996), Cataia (2001), Rafestin (1993) entre outros. Estes construíram com seus argumentos ao longo do tempo e com suas interpretações que contribuem para um melhor entendimento sobre o assunto fronteiras.

Fronteira é uma noção que para a geografia pode ser caracterizada como algo que divide um local, uma separação tanto de territórios, como uma fronteira linguística, social e de condições diferenciadas entre os seres humanos. Discutir as fronteiras nas relações de aprendizagem em sala de aula permite uma análise sobre relações que se estabelecem no contexto escolar.

Para tanto, na primeira parte nós dedicamos discutir a fronteira como processo, pois às vezes avança e em outros casos recua, principalmente, no caso de sala de aula um local no qual fronteira é colocada à prova a todo o momento. No conjunto da sala de aula se encontra o processo de inclusão escolar. Por isso, no segundo capítulo articulamos, tencionando os desafios dos alunos com deficiências, com a compreensão do papel do segundo professor responsável para mediar o processo de ensino aprendizagem desses estudantes.

Segundo Ferrari (2014), os conceitos de fronteira vão se alterando e se modificando ao longo da construção da humanidade, procurando sempre se desenvolver e se adequar a novos conhecimentos. Conseguindo andar na busca de várias explicações mais acentuadas para determinados fatos e fenômenos geográficos que acontecem no nosso cotidiano, transformando-se em novos fenômenos, tanto econômicos, como culturais.

Em relação a essa permanente mudança no conceito de fronteira, destaca Nogueira (2014), que ao longo do tempo são dados diversos sentidos e interpretações, como por exemplo: o sentido do âmbito político, social, linguístico, econômico, cultural, simbólico e principalmente como marco militar.

Conforme Ferrari (2014, p.22):

Pela teoria analisada, os geógrafos parecem concordar que a fronteira, longe de ser um simples fenômeno geográfico, é também um fenômeno social e cultural e pode ser estudada levando em consideração, particularmente, as relações existentes dentro da zona fronteira sem fazer muito apelo ao limite e ao território. Quer dizer, estudar como se estrutura a zona fronteira, como os fronteiriços se organiza e como vivem quotidianamente dentro de um espaço politicamente descontínuo, com sistemas e normas diferenciados.

Notamos que a autora se refere ao cotidiano dessas pessoas, que vivem nestes locais de fronteiras, e convivem com normas diferenciadas mesmo mantendo um contato muito próximo.

Isso permite entender que na utilização da palavra fronteira, temos na atualidade uma gama e um amplo repertório de significados, pois decorre de vários termos em permanente evolução e transformação.

Ferrari (2011, p. 27) chama a atenção para o fato de que “delimitar e separar territórios para dominá-los são atividades espaciais que, de acordo com a época histórica, formam parte da natureza social da espécie humana”. Quer dizer que dependendo da formação social desses lugares e territórios isso se dará exclusivamente da sua linha do tempo e do próprio desenvolvimento e formação social desses locais.

A própria fronteira é vivida de relações que tem no seu sujeito e sua comunicação com seu lugar habitado. Para Nogueira (2007), Fronteira precisa ser vista a partir dos seus habitantes, como eles se identificam e com os quais eles se relacionam. Entende o pesquisador que é por isso necessário entender e compreender o seu cotidiano, qual sua dinâmica, lazer, trabalho e qual a disputa existente nestes lugares.

Nesse sentido Ferrari (2014, p.03) afirma que “a origem histórica da palavra mostra que seu uso não estava associado a nenhum conceito legal e que não era um conceito essencialmente político ou intelectual”.

A idéia de fronteira existe nas diversas formações humanas que segundo Ferrari (2014), vai diversos continentes, com suas restrições fronteiristas, seus limites impostos que levam em conta desde uma fronteira

religiosa, como fronteira natural, entre outras fronteiras que vão se formando e se transformando ao longo da criação da humanidade.

Já de acordo com Martins (1996, p. 27) “a fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagônica do nós”.

Nesse sentido Nogueira (2007) permite entender que precisa se interpretar os conceitos, e esses mesmos conceitos vão se readaptando por um movimento da própria sociedade, vão sofrendo pressão para se adequar a um mundo globalizado.

Cada nação tem na palavra fronteira uma descrição do fato, e com criação dos Estados modernos a palavra fronteira foi se enraizando, como um limite que separa os estados, um ponto de autoridade de um país a outro, ligado juntamente com outros pontos geográficos fixados no terreno. (Ferrari, 2011).

Notando que a Geografia tem importância nessa discussão conceitual de fronteira, Nogueira (2011.p.28) argumenta que:

A ciência geográfica tem uma ligação umbilical com natureza para explicar os fenômenos que se apresentam no mundo, e como não poderia ser diferente, a geografia das fronteiras, ramo da geografia geral, também buscaria explicações dentro da natureza para naturalizar as fronteiras entre os estados nacionais.

Por isso o cuidado para pensar a fronteira como elo e não somente como limite geográfico. Por outro lado, para pensar a fronteira como lugar de referência de identidades, como um dado da cultura, tomando enfim como base a própria geografia humanista, que para Nogueira (2007), necessita o auxílio de outros conceitos.

Com evolução na forma de organização dos estados modernos, a fronteira foi ganhando uma fragmentação em várias divisões nas sociedades modernas nacionais, com delimitações certas e precisas. Vão surgindo como

organização política do espaço utilizado sendo o governo a principal responsável pela autoridade do local. (FERRARI, 2014).

Para Nogueira (2007), as fronteiras são lugares de demarcações de diferenças, tanto políticas, econômicas, físicas, onde existem leis, limites e dinâmicas próprias com atividades de produção de capital, organização social que se enfrentam no mesmo território.

Segundo Martins (1996), a fronteira é caracterizada como local de conflitos sociais. Local de várias disputas, lugar de encontros e desencontros, lugar de disputas entre seres humanos, com suas diferentes razões e interesses de lutas, para ele a fronteira é encontro histórico do tempo, cada qual com suas perspectivas de avanço no tempo histórico da sociedade.

Conforme afirma Martins (1996. p. 26) “a primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro”.

Assim os autores permitem entender que as fronteiras são locais que, na maioria das vezes, são lugares do encontro, mas o que faz a separação social e territorial é principalmente o interesse econômico e político dos interessados em se apropriar de algo naquele espaço.

Nesse sentido podemos entender também, que as fronteiras podem ser entendidas como locais de controle do Estado, tanto controle econômico como geográfico, com forte controle e disputa de poder, são locais que geram discórdia, guerra com estados vizinhos, tem o poder de estreitar ou aumentar relações, dependendo em muito da relação que esses locais desenvolvem, e quais as disputas, interesses econômicos e ações se desenvolvem nesses locais. (NOGUEIRA, 2014).

Fronteira nesse sentido é conflituosa. Mas, de acordo com Martins (1996, p.26):

[...] o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descobertas do outro e de desencontro. Não só desencontro e o conflito decorrente das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desse grupo está situado diversamente no tempo da história.

Martins (1996) deixa a entender que a disputa de fronteira acontece por haver desigualdades de épocas diferentes da história.

Nas palavras de Cataia (2001, p. 03) destaques na fonte “as *fronteiras naturais* hoje também têm atualidade. As fronteiras naturais são uma metáfora, porque a escolha de um marco é sempre uma escolha política, ainda que o marco físico continue sendo um rio ou uma montanha”. Entende-se que, para Cataia (2001), mesmo havendo uma divisão física do local da disputa da fronteira o que prevalece nesta disputa realmente é valor e a força política das nações envolvidas e seus interesses econômicos.

Segundo Cataia (2001), as fronteiras existem por uma necessidade de marco como divisão com outros países, como divisão nacional entre estados da mesma nação. E o pesquisador segue afirmando:

À medida que novas formas de produzir foram sendo desenvolvidas, novas fronteiras foram sendo exigidas. Por isso a divisão social e territorial do trabalho junta-se a divisão política do território, base da propriedade privada, da produção e de todo poder político. Este é um dado universal, não existe estado sem território, assim como não existe território sem compartimentos políticas, ou seja, sem fronteiras (CATAIA, 2001, p. 17).

Para o autor, o próprio território nacional é cercado e radiado de vários estados vizinhos, território possui várias fronteiras, vários conflitos existentes nas suas relações ao longo do tempo. E um conflito com algum dos seus vizinhos não é necessariamente uma disputa com todas as outras nações que fazem divisão política do território.

Segundo Cataia (2001) a formação dos estados modernos possuem vários elementos que formam no seu interior as regiões, que foram se modificando ao longo do tempo pelo cercado das fronteiras do estado nação.

A fronteira seria uma área ou um ponto no território demarcado em forma de uma linha, essas funções agem de uma forma diferente (Raffestin 1993). O seu marco de divisão trás riscos de ser contestado ao longo da história, esse marco de fronteiras fazem surgir outras funções dentro do próprio território, como controle fiscal, torna a fronteira um marco legal de controle de uma nação.

Cataia (2001.p.42): afirma que:

Por isso as fronteiras são instrumentos de constrangimentos, como as barreiras econômicas, sanitárias e os entraves aos imigrantes. Os protecionismos baseiam-se na existência das fronteiras, que são abertas ou fechadas segundo condições conjunturais das relações internacionais, o que indica que fronteira não decorre só do espaço, mas também do tempo: extensão e duração formam a noção de limite, do dentro e do fora.

Com aparecimento dos estados modernos surge com eles um elemento essencial para demarcação e divisão das fronteiras deixando clara a divisão do território, com utilização do mapa usa-se uma forma de expor o marco legal e visível de demarcação da fronteira eliminando assim muitos conflitos. (RAFFESTIN, 1993).

Raffestin (1993, p.167): Afirma que:

“No fundo, trata-se da passagem de uma representação "vaga" para uma representação "clara", inscrita no território. A linha fronteira só é de fato estabelecida quando a demarcação se processa”.

A fronteira passa a ser uma função estável de controle tudo o que seu território possui no seu interior, que vai desde controle dos homens, controle de informações, uma função legal exercida pelo Estado (RAFFESTIN, 1993). Essas fronteiras vão passando por faces que são demarcadas não somente pelo poder militar, mas sim pelo poder econômico e político.

Conforme os vários autores que discutem, debatem e constroem seus conceitos sobre fronteiras há fatores que em muitos autores são colocados de formas e palavras diferentes, mas descritos conforme seu tempo.

Mas o que pode se perceber claramente é que palavra fronteira tem um valor e uma expressão que tem sua vital importância no âmbito do entendimento e da formação da nossa civilização, a palavra fronteira reverte ao pensar que elas não são demarcações fixas no terreno. Que conforme o seu tempo o seu poder econômico, poder militar e social é o que vai comandar as progressões e as retrações nas demarcações fronteiristas da sociedade.

É um exemplo do que ocorrem dentro da própria sala de aula, locais que estão em um eterno processo de transformação, onde suas fronteiras são colocadas à prova a todo o momento, lugares que necessitam na maioria dos casos de um elo de interação, pois muitas vezes esse processo de incluir, integrar e interagir do ser humano se torna algo desafiador para convivência diária.

3 O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

O processo de inclusão escolar é um processo árduo e longo que vai se desenvolvendo aos poucos, tentando ao menos conseguir garantir o mínimo de um atendimento equitativo em sala de aula para estudantes que necessitam de acompanhamento especializado e individualizado. Isso coloca todas as pessoas num grau de possibilidade de inclusão e interação com as demais classes da sociedade.

Ao longo das décadas as discussões foram se aprimorando e diversificando. As leis e esclarecimentos sobre o que é a inclusão escolar, qual indivíduo era considerado aluno especial, e em qual projeto pedagógico era inserido na sociedade. Ferreira (2006) argumenta que em muitos casos eram somente colocados como pessoas especiais, mas não ficava claro quem era esse grupo de pessoas e quais suas definições de prioridades e atendimentos especializados.

De acordo com Patto (2008), as políticas de inclusão escolar nos últimos tempos tentam tratar o assunto como um termo de atendimento de igualdade e não somente como tema de direitos a atendimento a criança com alguma diferença.

O atendimento a estudantes com necessidades educacionais especiais deve ocorrer de forma diferenciada, de acordo com a especificidade da sua deficiência, isso dentro da perspectiva da educação inclusiva, e não de forma segregada, pois temos que romper com o paradigma de que estudantes com deficiência não conseguem acompanhar o desenvolvimento dos conteúdos em sala de aula (ROCHA, 2006. p.187).

Deve-se levar em consideração que alunos com algum grau de deficiência têm características individuais, cada aluno possui a sua característica, capacidade, interesse e necessidades diferentes, conforme propõe Bueno (2008). Ainda segundo o autor, são pessoas que não podem ser deixadas de lado, portanto devemos inclui-los de alguma forma possível aos demais grupos sociais desta sociedade.

Analisando que as fronteiras estão em todos os locais, pois limites são impostos, incluindo neste processo o da inclusão, necessitamos sermos bem

críticos e entender que as fronteiras precisam ser quebradas a todo instante. Deixando assim a interlocução entre o processo de aproximação e de inclusão avançar em territórios desconhecidos no processo de ensino aprendizagem.

3.1 GARANTIAS EM FORMA DE LEIS

Conforme a Constituição Federal Brasileira e o próprio Estatuto da Criança e Adolescente têm em seus dispositivos normas e artigos bem claros e definidos para esse tipo de situação no ambiente escolar.

O artigo 208 da Constituição federal brasileira especifica cita que: “que é dever do Estado garantir atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Esse artigo deixa bem claro e nítido o direito que todas as crianças possuem na forma de lei e a garantia ao atendimento educacional especializado no ensino. Já proposta curricular de Santa Catarina (2014, p. 32) apresenta a seguinte formulação:

Dialogar com as diferentes formas do conhecimento exige pensar em estratégias metodológicas que permitam aos estudantes da Educação Básica desenvolver formas de pensamento que lhes possibilitem a apropriação, a compreensão e a produção de novos conhecimentos. Tais estratégias nos remetem à compreensão da atividade orientadora de ensino.

O estatuto da criança e adolescente (ECA cita art. 54 inciso III.1990) refere assim a questão: “III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

De acordo com a ECA, em seu artigo 54 inciso III (do Estatuto da Criança e Adolescente) obriga as escolas a terem professores de ensino regular preparados para ajudar alunos com necessidades especiais a se integrarem nas classes comuns. Ou seja, uma criança com deficiência não deve procurar uma escola especializada nesse tipo de atendimento, ela tem seu direito a cursar em igualdade as escolas públicas, e são deveres dos

professores elaborar e aplicar atividades que levem em conta as necessidades específicas dela própria.

A própria proposta curricular de Santa Catarina (2014), se faz entender que a própria sociedade tem uma distância histórica com esse grupo de pessoas, que possui algum grau de deficiência, muitas crianças foram considerados como doentes e dissociados da sociedade em geral, ocasionando assim um preconceito e uma discriminação desse grupo de pessoas.

Diante da perspectiva inclusiva, respaldada por documentos políticos e legais, a Educação Especial deixa de ser um sistema paralelo com abordagem assistencialista e clínica terapêutica e passa a ser uma modalidade que perpassa todos os níveis, etapas e outras modalidades de ensino, sem substituí-los, ofertando os recursos e serviços de acessibilidade aos estudantes segundo o seu público. (proposta curricular de Santa Catarina, 2014, p.71).

Ao encontro dessas deliberações legais, Bueno (2008. p.46-47) propõe entender que a inclusão escolar:

[...] é uma proposta inovadora, que nada tem a ver com o passado e que inaugura uma nova etapa na educação mundial: a educação para todos, inclusive para os "portadores de necessidades educativas especiais", na construção de uma sociedade inclusiva.

A inclusão de alunos com algum grau de deficiência já acontecia em anos passados, segundo Bueno (2008). Porém, isso acontecia com crianças que possuíam um alto poder aquisitivo e eram tratados através de profissionais especialistas na área de saúde. A proposta curricular de Santa Catarina deixa claro em uma de suas partes sobre inclusão (2014, p.69):

Na Educação Especial, a inclusão de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação demanda uma nova organização do trabalho pedagógico a partir da compreensão que se tem sobre diferença na escola e, conseqüentemente, sobre Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

O professor no processo de ensino aprendizagem necessita entender e ter a consciência que nem todos aprendem da mesma maneira, e por isso ele precisa ser o mediador do processo de ensino aprendizagem, buscar a partir

dos interesses e conhecimentos o caminho para o desenvolvimento da capacidade e do crescimento do ser humano, para se tornar uma pessoa com condições de interagir e se relacionar com a sociedade em geral.

3.2 DECLARAÇÃO DE SALAMANCA

A legislação brasileira apresenta um diálogo com declaração de Salamanca.

A declaração de Salamanca foi uma convenção das Nações Unidas reunidas com intuito elaborar um documento assinado e firmado entre representantes de oitenta e oito governos e vinte cinco organizações internacionais que reunidas reafirmaram a intenção com educação especial. Esse documento foi elaborado na cidade de Salamanca na Espanha entre os dias sete e dez de junho do ano de 1994, com a intenção de inserir de forma igualitária crianças, jovens e adultos que necessitam de atendimento especializado no ensino regular escolar, uma forma de interação e integração com demais pessoas junto com a sociedade.

Afirmando a intenção (Declaração de Salamanca 1994, p.01) de que seja um:

Compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a estrutura de ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados.

Esse documento é voltado para guiar instituições e o poder público para que comecem a enxergar essas pessoas, que muitos na maioria são tratados como crianças doentes, mas que na maioria das vezes querem apenas um atendimento equiparado com os demais estudantes, não deixando os excluídos da sociedade.

A declaração de Salamanca cita em seus principais termos afirmados (1994, p.02) que:

“Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem”. “Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas”. “sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades”. “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades”.

Incluindo neste contexto principalmente políticas voltadas a um melhor atendimento possível, uma forma de união em conjunto com escolas, pais, professores, colegas e voluntários. Neste mesmo processo são incluídos profissionais qualificados, novas tecnologias e técnicos especializados. Sem que haja discriminação, mas sim uma igualdade de atendimento resultando num processo de inclusão social.

4 O SEGUNDO PROFESSOR EM SALA DE AULA

Em Santa Catarina a lei estadual sobre obrigatoriedade do segundo professor em sala de aula foi regulamentada em todo o sistema estadual de educação catarinense. A lei nº 17.143, de 15 de maio de 2017, é de autoria de uma deputada estadual e tem como objetivo central a valorização da educação especial e a proteção de direitos aos estudantes com deficiência.

Com essa lei oficializada todos os estudantes que possuem algum grau de deficiência, constatada por laudo médico podem exigir a presença de um profissional qualificado para auxiliar no processo de ensino aprendizagem. Os professores também com a lei garantem equiparação salarial e formação continuada. Tendo algumas obrigações a cumprir, como o de se envolver nas atividades pedagógicas, e propor adequações curriculares que facilitem a aprendizagem e proporcionar a inclusão.

Essa lei garante a presença do segundo professor nas salas de aula em Santa Catarina a alunos com os seguintes diagnósticos:

- Deficiência múltipla associada à deficiência mental;
- Deficiência mental, dependência em atividades de vida prática;
- Deficiência associada a transtorno psiquiátrico;
- Deficiência motora ou física com sérios comprometimentos motores e dependência de vida prática;
- Transtorno do espectro do autismo com sintomatologia exacerbada;
- Transtorno de déficit de atenção com hiperatividade/impulsividade com sintomatologia exacerbada. (SANTA CATARINA, 2017).

Cabe registrar que essa lei foi suspensa temporariamente pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, ele deferiu uma liminar impetrada pelo governo de Santa Catarina para suspender esta norma que obriga a presença de um segundo professor nas escolas públicas catarinenses.

Sendo que mesmo essa legislação entrando em vigor, tem uma enorme distância a ser percorrida neste processo de inclusão, pois na maioria dos casos as escolas estão sem equipamentos, sem estruturas físicas adequadas e com professores sem qualificação necessária para atendimento desses estudantes. Não possuem uma qualificação satisfatória que condiz com processo complexo que irão encontrar em sala de aula para atender os alunos com deficiência.

Considerando essa medida do segundo professor no Estado de Santa Catarina, e ao encontro desse estudo bibliográfico foi realizada uma pesquisa com os profissionais que atuam diretamente com alunos deficientes. Assim dialogamos com os segundos professores que responderam a um questionário, cuja metodologia será explicitada no transcorrer deste capítulo. Para tanto, as perguntas foram elaboradas e especialmente destinadas a esse trabalho de pesquisa.

Foram selecionados professores de uma forma aleatória e em diferentes locais de atuação. Contudo para realização da pesquisa foram coletadas informações de seis segundos professores que atendem crianças com deficiência. Sendo que quatro profissionais atuam na cidade de Chapecó e trabalham em escola pública, uma profissional atua no município de Xanxerê e trabalha em escola pública, e outra profissional de Chapecó que realiza o trabalho numa escola particular. Mantendo o cuidado de não utilizar nomes e identificações pessoais dos entrevistados. Neste capítulo são discutidas questões como: a formação do professor, o papel desempenhado por esses profissionais; sua visão acerca das relações desse grupo de estudantes com os demais colegas na sala de aula; como se desenvolve esse trabalho de segundo professor; os principais desafios e dificuldades encontrados por esses profissionais para desenvolver esse trabalho; e quais conhecimentos e aprendizagens esses alunos conseguem assimilar com mais ênfase.

Com essas entrevistas realizadas através de trabalho de campo buscamos coletar informações em relação a esse importante trabalho desenvolvido por esse grupo de profissionais, esse roteiro do questionário encontram-se no final do trabalho em forma de apêndice. Esses contatos se

deram por meio de informações fornecidas pelas escolas, e em acordo com os segundos professores, que aceitaram participar. Esse percurso da pesquisa contou com apoio de seis professores que atuam como segundo professor em sala de aula no ensino fundamental, deixando claro que se trata de uma pesquisa qualitativa e não quantitativa.

4.1 APRESENTAÇÕES E ANÁLISE DE DADOS COLETADOS

Nesta parte apresentamos os dados pesquisados por meio de treze questões, com as ténues e reflexões iniciais.

1 Questão: Qual é a sua formação inicial? Qual graduação, curso? As respostas foram as seguintes:

| PROFESSOR | FORMAÇÃO |
|-----------|---|
| A | Cursando 9º fase de Pedagogia |
| B | Licenciatura em pedagogia |
| C | Licenciatura em pedagogia, pedagogia em educação especial e cursando pós- graduação em educação especial. |
| D | Cursando 6º fase de Geografia em licenciatura |
| E | Licenciatura em Pedagogia. Em Magistério da Educação Infantil, Magistério da Educação de Jovens e adultos. E Apostila Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão Educacional. Especialização em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares: Ênfase em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental. |
| F | Cursando 9º fase Pedagogia |

Fonte: Elaborado pelo autor

Nesta primeira pergunta as respostas coletadas com seis segundos professores entrevistados, permitiu observar claramente que cinquenta por cento dos professores são educadores que estão cursando uma graduação e que a maioria das professoras perguntadas não possuem uma especialização em educação especial, a maioria absoluta que trabalha com esse grupo de estudantes formou ou está concluindo o curso de pedagogia, mas no quadro geral não tem uma formação específica para trabalhar com esse grupo de alunos, se adaptam e trabalham conforme necessidades de cada estudante.

2 Questão: Tem uma formação ou teve alguma formação dedicada à preparação para a docência com alunos especiais? Explique:

| | |
|---|---|
| A | Sim. Além dos cursos que fiz, faço leituras específicas sobre aprendizagem e adaptação de currículo para a Educação Especial. |
| B | Sim. O curso contempla disciplinas direcionadas ao atendimento educacional de alunos com deficiência, dando ênfase nas diferentes patologias e questões de estratégias metodológicas. |
| C | Sim, tive formação na segunda licenciatura de pedagogia em educação especial e na pós- graduação. |
| D | Não tive no início, mas nas férias escolares o município promoveu um dia para conversarmos sobre o assunto e para trocar experiência entre os segundos professores. Porém para dar conta precisou buscar por conta própria. |
| E | Sim. Especialização em AEE. Atendimento Educacional Especializado onde são trabalhadas todas as deficiências e como trabalhar com esses alunos, adaptando o conteúdo para facilitar seu dia-a-dia. |
| F | Apenas as matérias oferecidas pela grade do curso e participei de três palestras que abordavam o assunto. |

Fonte: Elaborada pelo autor

Nesta questão levantada, nota-se que, apenas duas das professoras questionadas têm ou estão em formação de pós- graduação em educação especial, e o restante delas somente possuem leituras, troca de informação e

palestras assistidas sobre assunto discutido, algumas tem somente disciplinas básicas trabalhadas somente na graduação.

3 Tem alguma formação específica na área? As respostas foram as seguintes:

| | | | | | | |
|------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| SIM | | | | | | |
| NÃO | | | | | | |
| PROFESSOR | A | B | C | D | E | F |

Fonte: Elaborado pelo autor

O Professor “A” não possui formação específica.

O professor “B” possui Curso de extensão direcionado a área, e está cursando pós- graduação em educação especial.

O professor “C” tem cursos de extensão sobre educação especial, e palestras sobre área de atuação.

O professor “D” não possui qualquer curso de formação especial.

O professor “E” Participa de cursos oferecidos pela GERED, e está realizando o curso de Libras oferecido pela própria GERED.

O professor “F” não possui formação específica alguma com área trabalhada.

4 Questão: Qual é o trabalho do segundo professor? As respostas foram as seguintes:

O professor “A” respondeu que seria Promover a aprendizagem, adaptar o currículo, auxiliar e atuar em conjunto com o professor regente, se necessário substituir as atividades mantendo o tema e o objetivo da mesma.

Já professor “B” enfatizou que é planejar e executar as atividades pedagógicas, em conjunto com professor titular, desenvolvendo assim um trabalho de corregência da turma. Este, no entanto tem papel fundamental de apoio para além do aluno com deficiência, mas sempre priorizando o atendimento do aluno com deficiência.

Conforme o professor “C” é o trabalho de adaptar os conteúdos disponibilizados pelos professores regentes, possibilitando melhor entendimento ao aluno.

O professor “D” acredita que seu trabalho é de auxiliar uma criança que possui dificuldade. Estimular o aprendizado do aluno, fazer a conexão com a turma e a professora regente, buscar alternativas e estratégias pedagógicas e auxiliar o professor com a turma em geral.

Já o professor “E” diz que é adaptar o conteúdo que turma toda tem para melhor interpretação e aprendizagem possível do aluno que possui alguma deficiência. E também para que o aluno consiga interagir da melhor forma possível com turma toda, uma forma de troca de conhecimento.

Conforme a professora “F” Tem a função de corregera à classe com o titular dividindo as tarefas com o professor titular. Posso dar aula no lugar da professora além de adaptar conteúdo para seu aluno. De sexto ao nono ano que também é minha área. Onde é adaptado conteúdo de acordo com o que o professor de cada disciplina está trabalhando. O segundo professor tem que pedir uma cópia do planejamento do bimestre que vai trabalhar, para que possa adaptar com antecedência o que vai trabalhar. É papel do segundo professor fazer com que esse aluno interaja com os demais colegas, rotina para que se organize com matérias e higiene e aprenda de forma diferenciada

dos outros. Manter os valores e costumes, disciplina igual os outros, para que viva em sociedade. Tem que planejar junto com os professores.

As professoras enfatizam que o principal papel do segundo professor é promover, planejar, realizar e atender o aluno especial, buscando alternativas pedagógicas de um melhor entendimento por parte do aluno especial, dividindo com professora titular os conteúdos estudados e interagir com classe toda. Uma forma de inclusão e interação com classe toda, uma forma de trazer o aluno especial a se sentir parte igualitária da turma.

5 Questão: Como se desenvolve o seu trabalho de professor com alunos classificados como diferentes entre outros alunos classificados socialmente como alunos normais?

A professora “A” foi enfática em sua resposta, não classifico meus alunos, são todos sujeitos capazes de aprender, cada um com suas especificidades. E ainda, tento passar esse conceito para os colegas da criança que tem deficiência. Ao iniciar meu trabalho, sempre converso com toda a turma e tento sanar todas as dúvidas. Todas as atividades minha aluna participa, do seu jeito e no seu tempo.

Já professora “B” No seu ponto de vista entende que: Não temos normais e anormais, temos alunos que necessitam de uma atenção mais específica, pois sabemos que cada aluno é um ser único e que nem todos aprendem do mesmo modo e no mesmo tempo, por isso é necessário conhecer cada aluno para que sejam utilizadas diferentes estratégias metodológicas que contemplam a todos e não apenas o aluno com deficiência. Pois eu preciso incluir este aluno no contexto e não excluir utilizando estratégias diferenciadas somente para ele mesmo.

A professora “C” acredita que estar sempre interagindo com ambos os lados facilitando o contato social entre eles e integração de uma forma de melhor convivência escolar e social entre os dois grupos.

A professora “D” deixa claro que interage com todos os alunos da sala principalmente com os que mais têm dificuldades, mas ela e a professora da sala trabalham em conjunto para que todos os alunos saiam com o mesmo aprendizado.

Já resposta da professora “E” é a seguinte depende muito da dificuldade que o aluno venha a ter. Ele é tratado igualmente aos outros é claro que uns tem mais dificuldades que outros, eles tem que ser incluído e não excluído. É trabalhada a mesma coisa que os normais. De forma que ele compreenda o que a professora quer passar. O conteúdo é adaptado com frases ou palavras algo que relacione com o que ele conhece.

Já a professora “F” respondeu o seguinte, sou eu quem o auxílio mais em suas atividades escolares, mas meu aluno tem total liberdade e acesso com os demais professores para tirar dúvidas e eu também acabo auxiliando os demais alunos quando eles precisam, mas isso não ocorre sempre.

As professoras relatam que no início dos seus trabalhos tiram as dúvidas de todos na sala de aula e não classificam seus alunos como diferentes, mas sim com uma necessidade de um atendimento especial. As professoras acreditam que ponto chave é interação, trabalhando e interagindo em conjunto com professora titular e classe em geral, adaptando e dando total liberdade para o aluno de se expressar de forma igualitária.

6 Questão: Descreva quais as deficiências ou problemas esses alunos têm ao qual você desempenha o papel de segundo professor?

| | |
|---|---|
| A | <p>Paralisia cerebral atetóide</p> <p>Metemoglobinemia</p> <p>Má formação nos membros inferiores e estômago</p> <p>Situs inversus</p> <p>Epilepsia.</p> |
| B | <p>Transtorno de espectro autista</p> <p>Transtorno global do desenvolvimento</p> <p>Déficit de atenção hiperatividade.</p> |
| C | <p>Deficiência intelectual severa.</p> <p>Deficiência auditiva.</p> <p>Baixa visão.</p> <p>Autismo.</p> <p>Síndrome de Down.</p> |
| D | <p>TDAH</p> <p>Hiperatividade.</p> |
| E | <p>Transtorno invasivo do desenvolvimento.</p> <p>Autismo</p> <p>Hiperatividade.</p> |
| F | <p>Síndrome de Asperger.</p> <p>As dificuldades são: concentrar-se (rápida distração), escrever (pois, demora muito) e possui alguns “tiques”.</p> |

Fonte: Elaborado pelo autor

Nesta questão observa-se que o segundo professor no modo geral, atende crianças com as mais diversas deficiências que atingem inúmeros estudantes no âmbito escolar.

7 Questão: Conta com quais recursos para realizar esse trabalho?

A professora "A" relata que os recursos referentes a materiais didáticos, a estrutura física e amparo de outros profissionais que deixa a desejar.

Já professora "B" conta com apoio pedagógico, sala de AEE e recursos pedagógicos.

Contudo a professora "C" tem o apoio da direção, professores, alunos e funcionários da escola e pais.

A professora "D" esse aluno como está no pré dois não precisa de material adaptado então utilizo os materiais que a professora preparou, mas tenho que estar sempre buscando a atenção dele, pois tem dificuldade em se concentrar.

A professora "E" A Pós de AEE, a professora do Saed que onde eles veem no contra turno nos orienta bastante quando temos dificuldades com eles. Coordenação da escola sempre nos auxilia quando podem.

A professora "F" utiliza as anotações do caderno, livros, vídeos da internet e às vezes computador.

A maioria das entrevistadas relata em suas colocações que o colégio, direção, professores, pais e alunos dão um suporte bom, apoio pedagógico, sala de recursos.

**8 Questão: Qual a maior dificuldade em atender as crianças especiais?
As respostas foram as seguintes.**

Professor “A” Com relação a minha atual aluna, por ser cadeirante, a estrutura física da instituição não está adaptada de forma a suprir as necessidades dela”. Apesar de ter inúmeras vezes solicitado um elevador para deslocá-la para o segundo piso, ainda não fui atendida, tendo que me adaptar a essa situação.

Professor “B” A maior dificuldade que eu encontro hoje é ter uma escola equipada com materiais didáticos pedagógicos que possam dar um suporte maior para desenvolvimento das atividades”.

Professor “C” Os recursos disponibilizados na escola como, livros adaptados e materiais para realização das atividades, pois na maioria das atividades realizadas com esses estudantes não tem um material específico para esse grupo de estudantes.

Professor “D” acredita que é manter eles concentrados e o mais difícil é mantê-lo calmo, pois tem sinais de agressividade.

Professor “E” cita o apoio e ajuda dos familiares. Muitos não aceitam como eles são em vez de nos ajudar colocam barreiras e dificultam muito nosso trabalho.

Professor “F” Embora haja um diagnóstico que lhe dá o nome da doença especificado, todo ser humano difere-se do outro, por isso é necessário conhecer de perto seu aluno para poder ajudá-lo.

O que consegue perceber claramente nesta questão é que as escolas não possuem materiais didáticos pedagógicos específicos para esse grupo de estudantes. Tem necessidade de utilizar os mesmos materiais utilizados ao grupo todo na sala de aula. E dependendo da deficiência que criança tem a escola não esta adaptada corretamente para atender a necessidade dessas crianças, chama atenção uma colocação de um professor “que sem amor no que se faz tudo se torna algo difícil de ser feito”.

9 Questão: Os alunos atendidos têm outros atendimentos específicos fora da escola?

| Professor "A" | Professor "B" | Professor "C" |
|---|---|--|
| Fisioterapia Fonoaudiologia Eco terapia Neuropediatra Ortopedista Endocrinologista | Psicólogas Terapeutas | Eco terapia no contra turno das aulas. Acompanhamento do AEE na escola. |
| Professor "D" | Professor "E" | Professor "F" |
| APAE AEE APADAVIX | APAE SAED CAPP Fonoaudióloga | Psicóloga Neurologista Psicopedagoga. |

Fonte: Acervo pessoal

Visualiza-se nesta questão é que a ampla maioria das crianças atendidas por essas professoras, possui algum tipo de atendimento além da sala de aula. Como psicólogos, terapeutas, fisioterapeuta, atendimento na APAE entre outros vários atendimentos em outras áreas da saúde.

10 Questão: Qual relação dos alunos considerados normais em relação aos que apresentam alguma deficiência?

A professora “A” o que observei, tanto nesse ano como em outros, é que a turma acolhe de tal forma que, com o passar do tempo, eles não percebem diferenças, compreendem e respeitam o modo distinto como o (a) colega se comporta. Após, passar a curiosidade inicial eles passam a cooperar com o (a) colega.

Professora “B” respondeu que a relação é que todos são alunos e precisam de um olhar atento e específico para suas dificuldades.

Já professora “C” coloca que a interação social fica comprometida devido à dificuldade na comunicação entre ambos, pois na maioria das vezes os alunos com deficiência são colocados de lado, são ignorados pelos considerados não deficientes.

Contudo a professora “D” coloca que na maioria das vezes ele interage de forma tranquila, algumas vezes de forma agressiva, mas como a deficiência não é visível os alunos o aceitam de forma bem bacana.

A professora “E” relata que a relação é boa os colegas ajudam, interagem com aluno especial, cuidam para não bater ou machucar dependendo da deficiência que possua.

Já professora “F” entende que todos estão na escola para aprender, possuem suas capacidades e delimitações, independente se possuem deficiências ou não, merecem ser tratados com respeito. A relação entre eles aqui no espaço escolar se dá de forma tranquila, os amigos são muito compreensivos.

O que se consegue visualizar nesta questão é que o comportamento em sala de aula é mais tranquilo possível por ambos os lados, com início das aulas e interação a curiosidade passa a desaparecer e relacionamento torna-se o melhor possível. Uma das dificuldades encontradas é que muitas vezes o aluno especial não consegue se fazer entender, devido a sua dificuldade de expressão e fala.

11 Questão: Quais as dificuldades que você encontrou nesse trabalho? As colocações foram as seguintes.

A resposta professora “A” foi que mesmo estando em processo formativo, possui experiência, cursos e muitas leituras sobre a educação especial; no entanto, sempre surgem desafios e o mais complicado é lidar com a falta de preparo do (a) professor (a) regente e da equipe gestora em geral. A grande maioria dos profissionais não sabe adaptar uma atividade e muito menos um currículo, então quando se necessita de auxílio não tem a quem recorrer. Uma das respostas que sempre ouço é “você é capaz de fazer sozinha”, a primeira vista parece um elogio, mas, acaba se tornando um desamparo.

Já professora “B” acha que não há dificuldades em fazer este trabalho, pois é uma área em que se identifica, mas que em muitos momentos encontra dificuldades na rotina escolar.

A professora “C” coloca que a insegurança no início do ano em relação ao aluno e professores, pois na maioria das vezes a troca seguida de professores maneira difícil de realizar e tender acompanhar as atividades com turma toda.

Porém a professora “D” acha que encontrou dificuldade de aprender como agir, dificuldade na adaptação e sente que não estava preparada para trabalhar com uma criança que precisa de total atenção.

Deixa bem claro a professora “E” que no momento é a barreira que os familiares criam quando querem que o seu aluno especial interaja e se socialize com os colegas. Participando das aulas juntos. Transmite-me que ele é intocável ou de vidro. E o tempo que ele permanece no espaço escolar, é muito pouco.

A professora “F” se expressa que de início foi tudo novo, não conhecia muito sobre sua síndrome e o aluno não aceitava muito a presença de uma professora “exclusiva” para ele, aos poucos fui pesquisando, o conhecendo e com muita paciência o conquistei. Sempre houve o respeito e hoje há ainda

mais, pois somos amigos. As maiores dificuldades são na volta do fim de semana, feriado ou férias, pois acontece à quebra de sua rotina escolar, também é preciso muita paciência já que necessito repetir comandos várias vezes pelo dia. Esse ano, ele estava com muito sono durante as aulas e desmotivado com algumas matérias, então tive que fazer todo um trabalho para buscar entender o que estava acontecendo e poder ajudá-lo.

As maiores dificuldades encontradas nesta questão foram, pouca experiência, falta auxílio, insegurança, seguida troca de professores regentes da turma, dificuldade de adaptação, barreiras que próprias famílias criam, pouco tempo no ambiente escolar.

12 Questão: O que você acha que pode ser feito para melhorar esse processo, ou o que está faltando?

O professor “A” entende que uma formação que capacite todos os profissionais da educação para desenvolver um trabalho integrado, visando à aprendizagem de todos os alunos, possuindo ou não deficiências, síndromes, superdotação e déficit de aprendizagem. O preconceito e as defasagens só se resolvem através do conhecimento. Outro ponto a ser considerado, é a aceitação das diferenças, pois, aprendemos com o que é diferente, com o que nos desafia.

Já professora “B” acredita que a cada dia precisamos ser melhores em tudo, mas acredito que é necessário um olhar mais atento para nossas escolas quando nos referimos a questões de estrutura e de ferramentas de apoio.

Contudo a professora “C” deixa bem claro que necessita com certeza um olhar mais atento pelo ministério da educação, enviar livros adaptados para os alunos com deficiência ajudaria muito na aprendizagem.

Sobre esse assunto a professora “D” entende que uma melhor qualificação dos profissionais, melhorar o apoio da prefeitura/estado, falta de apoio e conversa com a família, pois muitas vezes as dificuldades enfrentadas

pelas crianças são pelas tentativas dos pais em assumir que seus filhos necessitam de cuidados especiais.

A professora “E” acha que reuniões com as pessoas da família e da Gered, para deixar bem claro qual é o meu papel na escola. Isso já está sendo preparado. Espero conseguir avançar com esse aluno até o final do ano. O que muito me admira é que a mãe é professora.

Contudo a professora “F” coloca que como se trata de um colégio particular, somente neste mês de Agosto que foi regulamentado o cuidado com esses acompanhantes (segundo professor) de alunos especiais, antes éramos contratados pela família do aluno. Então, ainda há um processo de adaptação por ambas às partes, apesar de houver diálogo antes, o considero como pouco, é preciso que a escola pense mais nesses alunos e haja um maior diálogo com os demais professores. Acredito que seria maravilhoso ter momentos de formação para os docentes é uma sala de recursos.

No geral nesta questão foram colocadas as seguintes ideias, uma formação e qualificação integradas entre professor regente e segundo professor, melhorar estrutura física e adequar instalações para alunos deficientes e alguns pais assumir que seus filhos necessitam de um atendimento especializado, sequência de reuniões com pais e professores.

13 Questão: Você acredita que esse processo de inclusão acontece realmente nas escolas?

Em relação à última questão as respostas são as seguintes.

A professora “A” entende que acontece de modo isolado e raro, dependendo da instituição e dos profissionais. Na maioria dos casos, se aceita o aluno especial, todavia não promove a aprendizagem, tornando esse aluno uma peça decorativa, um problema ou um objeto para slogan de uma escola inclusiva.

A professora “B” acredita que acontece parcialmente. Hoje já tem melhorado muito esta questão da inclusão, mas necessita ainda de uma maior sensibilidade quando se refere ao processo de inclusão.

Já professora “C” deixa entender que as escolas tem sido prestativas, acolhedoras com esses alunos que necessitam de um olhar mais atento na inclusão escolar. A direção e professores estão sempre dispostos a colaborar para que realmente tenha inclusão.

Contudo a professora “D” responde que acredita porém a escola, os professores e as famílias precisam trabalhar juntos para que essas crianças se sintam o mais normal e integradas com os outros alunos. Mesmo com suas dificuldades esses alunos precisam levar uma vida normal e se incentivado desde o começo podem conseguir tudo o que desejam, pois eles são capazes.

A professora “E” deixa bem exposto que acredita, acontece quando o segundo professor faz seu trabalho, e a escola valorize isso, pois se não é tempo perdido. E tem também aquele que empurra com a barriga. Só pelo salário e não gosta do que faz. Por isso se escuta na escolha de vagas muitas professoras dizer que vai pegar de segunda professora, pois não faz nada e ganha bem. Isso estraga nossa reputação que estudamos se preparamos para isso. Eu não aceito isso. Quando o trabalho do segundo professor é valorizado pela escola e professores nos encorajam mais a nos desafiar.

A professora “F” deixa entender que a seu ver esse processo é complicado e na maioria das vezes não se dá de forma completa, há momentos de inclusão e exclusão que acontecem no dia a dia escolar.

Observa-se que nesta ultima questão respondida pelos segundos professores, setenta por cento das professoras acreditam que acontece parcialmente a inclusão escolar, a própria escola acolhe da melhor maneira possível. Mas para esse grupo de professores para realmente acontecer inclusão necessitam vários fatores, como, professor faça seu trabalho o melhor possível, e que haja o engajamento e apoio da própria família, a escola acolhe da melhor forma possível, mesmo em algumas situações de não ter estrutura física adequada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de conclusão de curso tematizamos sobre inclusão escolar, as fronteiras com os diálogos e as aprendizagens, como ocorre essa dinâmica com alunos deficientes. Identificando os desafios enfrentados, relacionando com papel do segundo professor responsável por atendimento especializado em sala de aula.

Nesse sentido, cabe apontar a importância na relação escolar num contexto que abranja um todo, é uma parte fundamental para compreensão do início de um processo da educação inclusiva. A relação entre pessoas consideradas com algum atendimento especializado deve ter um ponto de união e integração neste processo de ensino e aprendizagem igualitária.

A pesquisa realizada permite compreender que o segundo professor tem um papel de extrema importância neste processo de inclusão, ensino e aprendizagem nas escolas. Juntamente com escola e o professor regente da turma necessita ter uma integração e adequação, para que todos consigam junto realizar um trabalho de igualdade com todos os seus alunos, independente de se ter alguém que necessite de um tratamento individualizado. O professor precisa conhecer a realidade desses estudantes, ele próprio precisa conseguir visualizar um ponto de mediação do conhecimento, não deixando de forma alguma que esse processo de aprendizagem exclua algum indivíduo.

Os professores da turma em especial o segundo professor que atende essas crianças com alguma deficiência, necessita buscar novos conhecimentos e novas metodologias aprimorando e diversificando a interação do aluno especial com turma em geral. Atingindo assim principal objetivo o da inclusão.

Conseguindo fazer que não somente a professora participe deste processo, mas sim todos, alunos, regentes, escola e familiares colaborem com esse processo de inclusão, pois esse processo necessita de um apoio total. Cada qual agindo de uma forma equiparada no ensino, deixando os alunos especiais interagir e se expressarem de forma voluntária, respeitando a total diferença do ser humano, pois é na escola que criança começa a se

desenvolver como cidadão responsável, que compreende as diferenças de cada um, e cada qual com suas limitações físicas.

Por fim entende-se que para processo de inclusão aconteça realmente necessita de muitas mudanças, que começam desde estruturas físicas melhoradas e adaptadas, como uma melhor qualificação profissional e materiais didáticos específicos, e principalmente uma interação e união entre professor titular e segundo professor. Um alinhamento de ações para que processo de inclusão realmente aconteça, atingindo assim com maior e melhor êxito possível.

Há um empenho muito grande por parte das escolas para que esse processo ocorra a da inclusão, no entanto algumas das vezes as dificuldades estão nos limites de materiais e estrutura das mesmas.

Paralelamente a esse processo pode- se incluir que o segundo professor poderia somar forças juntamente com professor titular da turma. Isso pode ser entendido, pelas referências dos entrevistados que se expressaram se sentir em muitos casos solidários no processo de inclusão. Pois em muitos casos esses profissionais não sabem de que forma agirem nesse processo, eles próprios colocam nas suas entrevistas que encontram enormes dificuldades e pouco apoio pedagógico especializado, com poucos recursos didáticos e até mesmo a própria família não aceita esse tipo de atendimento.

As fronteiras ficam mais evidentes no sentido de que é mais fácil assumir os limites nas relações, ao invés de assumir como elos entre pessoas diferentes. Ou seja, nas palavras do pesquisador (Martins, 1996) essa fronteira acaba desaparecendo quando o processo acontece de forma mais equilibrada, trabalhando e agindo com uma forma entrelaçada de ações que atingem o objetivo proposto: a inclusão de todos, no processo de aprendizagem.

Podemos utilizar o entendimento de MARTINS (1996), que as diferenças nas fronteiras desaparecem quando a disputa termina ou acaba se tornando algo inexpressivo para ambos os lados. Como os lugares e as pessoas são diferentes entre si, ou seja, todos são únicos, portanto diferentes, então sempre teremos fronteiras.

6 REFERÊNCIAS

ALESC. **Lei nº 17.143, de 15 de maio de 2017.** Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/lei-do-segundo-professor-entra-em-vigor-em-santa-catarina>. Acesso em: 20 Out. 2017.

BUENO, José Geraldo S.; MENDES, Geovana Mendonça L.; DOS SANTOS, Roseli A. **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise.** Araraquara, SP: Capes 2008.

BUENO, José Geraldo Silveira. **As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial.** PUC/SP, 2008. p.43-63.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 08 Set. 2017.

CATAIA, Márcio. **Território Nacional e Fronteiras Internas.** A Fragmentação do território Brasileiro. Programa de pós-graduação em Geografia, Área de humanas, da faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da universidade de São Paulo-USP; Abril, 2001.

DIÁRIO CATARINENSE. **Coluna educação.** Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc>>. Acesso em 20 Out. 2017.

FERRARI, Maristela. **As noções de fronteira em geografia.** UNIOESTE-PR, 2014. Revista perspectiva Geográfica. V.9, N.10. p. 01-25.

FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a província de misiones (século XX e XIX)** Florianópolis, 2011.

FERREIRA, Júlio Romero. **Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras.** São Paulo, 2006. p. 86 – 113.

MARTINS, José de Sousa. **O tempo da fronteira, retorno á controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira;** Rev. Sociol. USP, S. Paulo; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25 - 70, maio de 1996.

NOGUEIRA, Ruth Emília. (org.).**Geografia e inclusão escolar: Teoria e Prática.** Florianópolis: Edição bosque/ CFH/UFSC, 2016.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Fronteira: Espaço de referência identitária.** UFA-AM, 2007. Ateliê Geográfico Goiânia-GO, v. 1, n. 2. p. 27- 41.

PATTO, Maria Helena Souza. **Políticas atuais de inclusão escolar: reflexão a partir de um recorte conceitual.** USP/SP, 2008. p. 25 - 42.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo:SP;1993.Editora Ática. S.A.

RODRIGUES, David. (org.). **Inclusão e educação**. Doze olhares sobre a educação inclusiva: São Paulo: Summus, 2006.

ROCHA, Kleicer Cardoso. **Inclusão é possível**: relatos de uma caminhada interdisciplinar. Florianópolis, 2016. p.176 - 202.

SANTA CATARINA. **Proposta curricular de Santa Catarina**. Formação Integral na educação Básica, 2014. Disponível em: <http://nela.cce.ufsc.br/files/2014/12/Proposta_Curricular-de-Santa-Catarina.pdf>. Acesso em: 08 Set. 2017.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 09 Set. 2017.

7 APÊNDICE - QUESTIONÁRIO

- 1- (Qual é sua formação inicial)? Qual? Graduação, curso?
- 2- Tem uma formação ou teve alguma formação dedicada à preparação para a docência com alunos especiais? Explique:
- 3- Tem alguma formação específica?
- 4- Qual é o trabalho do segundo professor?
- 5- Como se desenvolve o seu trabalho de professor com alunos classificados como diferentes entre outros alunos classificados socialmente como alunos normais?
- 6- Descreva quais as deficiências ou problemas esses alunos tem ao qual você desempenha o papel de segundo professor?
- 7- Conta com quais recursos para realizar esse trabalho?
- 8- Qual a maior dificuldade em atender as crianças especiais?
- 9- Os alunos atendidos têm outros atendimentos específicos fora da escola?
- 10- Qual relação dos alunos considerados normais em relação aos que apresentam alguma deficiência?
- 11- Quais as dificuldades que você encontrou nesse trabalho?
- 12- O que você acha que pode ser feito para melhorar esse processo, ou o que está faltando?
- 13- Você acredita que esse processo de inclusão acontece realmente nas escolas?